

Servidor será o mais atingido pelas mudanças

Elevação de alíquota e cobrança de contribuição do inativo pode entrar em vigor imediatamente

Os servidores federais serão os mais atingidos pelas medidas anunciadas. Embora, para eles, não haja prazo para alteração na contribuição social, o governo diz que respeitará o período de 90 dias. Assim, a elevação da alíquota para os que ganham acima de R\$ 1.200,00 e a cobrança da contribuição dos inativos entrarão em vigor em janeiro e terão vigência por cinco anos. Os servidores federais passarão a contribuir com 11% sobre a parcela do salário de até R\$ 1.200,00; e com 20% sobre a parcela que ultrapassar esse valor. Supondo que o servidor ou inativo ganhe R\$ 2.500,00, contribuirá com R\$ 132,00 (11% de R\$ 1.200,00) mais R\$ 260,00 (20% de R\$ 1.500,00). A contribuição total será de R\$ 392,00, ou 15,6% do salário. Além disso, após a publicação da refor-

ma, para aposentar-se, todo servidor em atividade deverá submeter-se à regra de transição para o novo regime, a qual prevê a idade mínima de 53 anos, homem, ou 48 anos, mulher, e acréscimo de 20% no tempo que falta para requerer o benefício no sistema atual. Para o benefício proporcional, o acréscimo no tempo restante será de 40%. Quem ingressar no serviço público federal, estadual ou municipal a partir da data de publicação da reforma deverá combinar 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, homem, ou 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, mulher. O servidor também terá de comprovar dez anos na administração pública e cinco anos no cargo. O benefício será equivalente ao seu último salário – hoje, ao

aposentar-se, o servidor tem direito à remuneração imediatamente superior à sua. Outras restrições virão na regulamentação da reforma, como a autorização para União, Estado e municípios restringirem o benefício a R\$ 1,2 mil, desde que criem plano privado. (P.P.)

